

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Determinado prefeito municipal editou decreto com a seguinte redação.

“O PREFEITO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de tornar a gestão pública mais profissional e eficiente;

CONSIDERANDO os desafios locais e regionais enfrentados pela Prefeitura, como o perfil sociodemográfico da população, a distribuição de renda, as demandas dos cidadãos e o contexto climático,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado, no âmbito da Prefeitura Municipal, o Gabinete de Governança Corporativa, responsável por implementar um programa de melhoria contínua e profissionalização da gestão pública.

Art. 2.º O Gabinete de Governança Corporativa tem como objetivo promover a adoção de práticas de gestão, visando aprimorar a eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura.

Art. 3.º O Gabinete de Governança Corporativa será composto por profissionais capacitados, com formação e experiência profissionais comprovadas, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Considerando o decreto hipotético apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 51** O decreto reflete a adoção de uma abordagem de gestão que se alinha à abordagem contingencialista da administração, uma vez que nele são consideradas questões como os desafios locais e regionais enfrentados pela prefeitura.
- 52** Dados acerca do perfil sociodemográfico da população, da sua distribuição de renda e de questões climáticas do local podem auxiliar a equipe do Gabinete de Governança Corporativa no processo de elaboração de uma matriz SWOT, pois são informações relevantes a respeito do ambiente de tarefa em que a prefeitura está inserida.
- 53** O Gabinete de Governança Corporativa é uma unidade de linha dentro da estrutura organizacional, na medida em que as atribuições gerais de uma prefeitura municipal têm o intuito de fornecer serviços de qualidade à sociedade em geral.
- 54** Para atender ao artigo 3.º do referido decreto, ações como o mapeamento e a gestão de competências podem ser essenciais para que se consiga selecionar profissionais adequados ao trabalho e aprimorar as competências dos servidores que já atuam no gabinete.

Segundo relatório de 2023 do Achievers Workforce Institute, 79% dos funcionários preferem permanecer em um emprego em que se sintam valorizados, mesmo que isso signifique ganhar menos dinheiro.

Internet: <startse.com/artigos> (com adaptações).

Considerando a informação precedente, julgue os itens que se seguem, no que concerne a motivação e liderança.

- 55** A valorização do empregado deve ser promovida essencialmente como política da empresa, por meio de ações de integração ou eventos realizados pela área de gestão de pessoas, cabendo ao líder ou gestor apenas o cuidado do trabalho e das metas corporativas.
- 56** De acordo com a teoria motivacional de Herzberg, que trata de fatores higiênicos e motivacionais, a remuneração é um fator higiênico e não basta para motivar uma pessoa a permanecer em um trabalho, o que pode explicar o dado divulgado pelo Achievers Workforce Institute.

Acerca de gestão da qualidade no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 57** Entre as ferramentas para melhoria da qualidade dos serviços, o diagrama de Ishikawa é aquela que permite ao gestor uma visão clara dos passos necessários para a realização de uma tarefa ou atividade.
- 58** Para que se consiga efetivamente melhorar a qualidade dos serviços públicos, é essencial que se estabeleçam padrões de desempenho a partir de evidências, tais como relatórios estatísticos, que indiquem, por exemplo, o grau médio de satisfação atual dos usuários em comparação com dados históricos.

receitas	valor (em milhares de R\$)
receita de serviços	2.000
receita de contribuições	2.000
amortização de empréstimos	10.000
receita tributária	30.000
transferências de capital	10.000
alienação de bens	1.000
operações de crédito	5.000
receita patrimonial	2.000
receita industrial	1.000
transferências correntes	5.000

despesas	valor (em milhares de R\$)
encargos sobre operações de crédito	2.000
amortização de dívida de longo prazo	5.000
construção de escola pública	1.000
aquisição de combustíveis	2.000
aquisição de imóveis para a implantação de unidade básica de saúde	5.000
peçoal ativo	20.000
juros sobre a dívida por contrato	3.000
aluguel de veículos	2.000
obrigações patronais	10.000
aquisição de pneus para frota de veículos	1.000

Considerando que as informações precedentes sejam relativas ao demonstrativo financeiro de receitas e despesas de um ente da Federação no exercício de 2022, julgue os próximos itens.

- 59** O valor das despesas correntes é de R\$ 40.000.000.
- 60** O valor das receitas de capital é de R\$ 28.000.000.

No que se refere a créditos adicionais e aos princípios orçamentários que norteiam a elaboração e a execução do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 61** À luz das disposições legais acerca da abertura de créditos adicionais, deve-se considerar que o crédito adicional aberto priorize, como fonte de recursos, aqueles alocados na reserva de contingência.
- 62** O princípio da unidade impõe que a lei orçamentária contenha apenas matéria orçamentária ou financeira.

No que concerne aos estágios da despesa pública, a dívidas flutuantes e fundadas e às previsões da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 63** Considere-se que determinado ente subnacional, com a finalidade de adquirir um novo sistema de informações administrativo-financeiro, tenha contratado, em dezembro de 2022, uma operação de crédito no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento acordado para dezembro de 2024. Nessa situação hipotética, de acordo com as determinações da LRF, a referida dívida contraída pelo ente público em dezembro de 2022 classifica-se como dívida consolidada.
- 64** Segundo o disposto na LRF, a receita corrente líquida corresponde ao montante bruto de receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas de serviços e receitas patrimoniais.
- 65** Considere-se que certa entidade pública tenha realizado regular licitação para a compra de ambulâncias e que a entrega delas tenham sido efetivada e devidamente atestada pelo órgão público no dia 31 de dezembro de 2022, mas que o pagamento tenha sido realizado somente 60 dias após tal entrega. Nessa situação hipotética, foram devidamente cumpridos os estágios da despesa de fixação e empenho.

Acerca dos sistemas de informações utilizados para a programação e execução orçamentária e financeira, julgue o item que se segue.

- 66** O Sistema de Informações Administrativas e Financeiras de Estados e Municípios (SIAFEM), instituído em 2020 pelo governo federal, deverá ser obrigatoriamente utilizado por estados e municípios para registrar todos os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial, bem como para disponibilizar à população e atualizar dados em tempo real por meio do portal da transparência dos entes federados.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e de Auditoria (NBC TA), julgue os itens subsecutivos.

- 67** Se o auditor não puder aplicar a um item selecionado os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados, será facultado a ele decidir se considera esse item um desvio do controle previsto ou uma distorção.
- 68** Caso detecte desvios de controles nos quais pretende confiar, o auditor deve fazer indagações específicas para entender a questão e suas potenciais consequências, sendo tal ação dispensável se ele determinar que os testes de controle aplicados fornecem uma base apropriada para confiar nos controles.
- 69** Conforme a Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a asseguração tem a finalidade de aumentar o grau de confiança dos usuários destinatários em relação ao objeto de asseguração.

No que concerne a evidências e procedimentos de auditoria, bem como à identificação de fraudes, julgue os itens subsequentes.

- 70** No caso de identificação de fraude, o auditor deve realizar os procedimentos de auditoria preferencialmente no início ou no decurso do período da auditoria, a fim de evitar interferência da fraude nos resultados.
- 71** De acordo com a NBC TA 500 (R1) — Evidência de Auditoria, um indivíduo externo ou uma organização externa somente pode atuar simultaneamente como especialista da informação e como fonte de informações externas quando se tratar de diferentes conjuntos de informação.
- 72** Os procedimentos analíticos podem ser aplicados a componentes e elementos individuais de informação contábil, mas não são apropriados para a obtenção de evidências em demonstrações contábeis consolidadas.

Acerca da superavaliação de custos e despesas e da auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

- 73** Na auditoria da EFD e da NFe, o auditor deve realizar procedimentos específicos para verificar a correta emissão, validade e autenticidade desses documentos, assegurando a transparência e a conformidade da empresa com a legislação fiscal.
- 74** A identificação de superavaliação de custos e despesas durante a auditoria requer uma análise detalhada de informações e registros de natureza contábil, que devem ser confrontados com evidências externas e internas.

Julgue os itens subsequentes, referentes a procedimentos contábeis.

- 75** A amortização de intangíveis é um fato contábil modificativo que implica o reconhecimento de uma despesa cuja contrapartida será uma conta retificadora de ativo.
- 76** Os adiantamentos recebidos em dinheiro referentes a serviços contratados e ainda não prestados devem ser registrados a débito de caixa e a crédito de uma conta de passivo.
- 77** O ICMS incidente sobre o preço de mercadorias adquiridas para revenda deve ser contemplado no custo de aquisição dessas mercadorias.
- 78** As parcelas de financiamentos bancários obtidos e que tenham vencimento no exercício seguinte devem ser classificadas no passivo circulante e ser ajustadas ao seu valor presente, quando houver efeito relevante.

Julgue os itens a seguir, com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- 79** Para se obter o valor depreciável de um ativo imobilizado, o seu valor residual deve ser deduzido do seu custo de aquisição.
- 80** Uma entidade deve ser proprietária de um recurso econômico para que possa reconhecê-lo como ativo no balanço patrimonial.
- 81** Uma empresa que esteja reivindicando um direito por meio de processo judicial cujo desfecho possivelmente lhe será favorável deverá reconhecer tal ativo no balanço patrimonial.

Com relação a conceitos, terminologias e classificações aplicáveis à contabilidade de custos, julgue os itens a seguir.

- 82** O combustível consumido pelas empresas industriais para efetuar a entrega dos produtos adquiridos por seus clientes deve compor o custo dos referidos produtos.
- 83** O aluguel devido pela utilização de um galpão destinado à produção, cujo contrato prevê reajuste mensal com base na inflação do período, deve ser classificado como custo variável.
- 84** A depreciação das máquinas utilizadas no processo de fabricação de mais de um produto é classificada como um custo indireto, devendo o seu valor ser apropriado aos produtos com base em critérios de alocação e taxas de rateio.

Julgue os itens seguintes, relacionados ao cálculo do custo unitário de um produto.

- 85** Um dos objetivos da departamentalização é reduzir os efeitos da subjetividade e da arbitrariedade que envolvem a escolha dos critérios de rateio dos custos indiretos de fabricação, permitindo, assim, uma apuração mais precisa do custo unitário dos produtos.
- 86** O equivalente de produção é aplicável ao produto que venha a apresentar unidades inacabadas na data em que se estiver procedendo ao cálculo do seu custo unitário.

A respeito dos custos para a tomada de decisão, julgue os itens subsequentes.

- 87** A alavancagem operacional decorre da existência de custos fixos na estrutura de custos de uma empresa, sendo o grau de alavancagem um indicador que permite calcular a variação do lucro em função da variação ocorrida nas vendas.
- 88** O aumento do preço de um produto, sem que haja a redução da quantidade atualmente vendida, provoca a majoração do seu ponto de equilíbrio e a consequente redução da sua margem de segurança.
- 89** A margem de contribuição total de um produto será reduzida caso haja um aumento no valor de seus custos fixos de fabricação.

Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 90** Corrigido o texto de lei temporária antes de seu termo inicial, o novo texto é considerado lei nova, a qual terá, salvo disposição em contrário, vigência de 45 dias após sua publicação oficial, permanecendo em vigor até que outra lei a modifique ou revogue.
- 91** O fenômeno da repristinação decorre de previsão legal, enquanto o efeito repristinatório decorre de norma declarada inconstitucional.
- 92** A omissão da lei autoriza o juiz a adotar métodos teleológicos de interpretação, a partir da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito, para integrar a norma jurídica.
- 93** Apenas a autoridade judiciária brasileira possui competência para conhecer de ações relacionadas a imóveis situados no Brasil, ressalvados os casos de imóveis pertencentes a estrangeiros sem herdeiros brasileiros.

Considerando as disposições do Código Civil acerca do uso e do usufruto, julgue os itens que se seguem.

- 94** A morte do usufrutuário é causa extintiva do usufruto.
- 95** O uso e o usufruto são direitos equivalentes que o sujeito tem de utilizar-se de bens alheios para adquirir seu sustento e o de sua família, diferenciando-se pelo fato de o primeiro restringir-se a bens móveis e o segundo, a bens imóveis.
- 96** Não se admite aquisição de usufruto de imóveis por usucapião, salvo quando previamente registrado em cartório competente.

Com base nas disposições do Livro II do Código Civil, julgue os itens a seguir, relativos ao direito empresarial.

- 97** Segundo lições doutrinárias, o Código Civil adota a teoria da realidade técnica para afirmar e justificar a existência da pessoa jurídica.
- 98** Segundo a redação do Código Civil, o empresário casado em regime de comunhão universal de bens pode gravar de ônus real os imóveis que integrem o patrimônio da empresa, independentemente de outorga conjugal.
- 99** O empresário e a sociedade empresária deverão conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, pelo prazo de 5 anos após a ocorrência dos atos neles consignados.
- 100** Sociedade em nome coletivo pode eleger como administrador pessoa não sócia, em ato separado, mediante termo de posse registrado no livro de atas da administração.
- 101** Pelas obrigações que tinha como sócio de sociedade simples, o cedente de quota social responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, por prazo que se inicia a partir da integralização da quota pelo cessionário.

Com base nas disposições do Código Civil e da Lei Complementar (LC) n.º 123/2006, julgue os itens que se seguem.

- 102** O fato de uma sociedade empresária classificada como empresa de pequeno porte e optante do tratamento jurídico diferenciado previsto na mencionada LC passar a ter como sócia pessoa jurídica distinta é causa de exclusão do respectivo regime diferenciado, a partir do mês seguinte ao da ocorrência da respectiva situação impeditiva.
- 103** Nos termos da referida LC, o fato de uma sociedade limitada ser considerada empresa de pequeno porte não desobriga os sócios de realizarem reuniões e assembleias na forma estabelecida pelo Código Civil para suas deliberações.

Em junho de 2021, foi promulgada a LC n.º 182, que instituiu o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, promovendo alterações pontuais na Lei n.º 6.404/1976 e na LC n.º 123/2006. No que se refere à distribuição de dividendos nas companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000, segundo as alterações promovidas pela LC n.º 182/2021, julgue o item a seguir.

- 104** Havendo omissão do estatuto quanto à distribuição de dividendos, estes serão estabelecidos livremente pela assembleia geral, desde que não seja prejudicado o direito dos acionistas preferenciais de receber os dividendos fixos ou mínimos a que tenham prioridade.

Com base no sistema tributário nacional, que abrange as regras criadas pela Constituição Federal bem como as normas primárias e secundárias que envolvam o direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 105** A Constituição Federal de 1988 obriga a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a observarem a aplicação do princípio da anterioridade anual e do princípio da anterioridade nonagesimal no momento de instituir e cobrar os tributos por lei.
- 106** O ouro, quando definido como ativo financeiro, sujeita-se à incidência de imposto sobre operações financeiras (IOF), e o fruto dessa arrecadação deverá ser obrigatoriamente repartido com os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- 107** Quando a autoridade administrativa impõe uma penalidade, basta que o contribuinte a pague para que esteja desobrigado do pagamento integral do crédito tributário.
- 108** O patrimônio de fundações atreladas a partidos políticos tem imunidade tributária referente ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), que pertence à União.

Considerando a competência tributária prevista na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- 109** A concessão de isenção de imposto federal deve ser feita por lei ordinária específica e, quando concedida por prazo certo, não pode ser revogada ou modificada antes do término do referido prazo.
- 110** Caso a competência extraordinária seja utilizada, a União pode instituir imposto extraordinário em caso de iminência de guerra externa mediante ato do Poder Executivo com força de lei material, o qual não precisa ser apreciado pelo Congresso Nacional.
- 111** O microempreendedor individual (MEI) tem autorização legal para, caso queira, aderir ao recolhimento dos impostos e das contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
- 112** O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público direta (entes tributantes) ou indireta (entes parafiscais), titular da competência constitucional tributária para instituir e cobrar os seus próprios impostos.

Acerca da organização político-administrativa do Brasil, julgue os itens a seguir.

- 113** Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), excepcionalmente, a constituição estadual pode, considerando que as situações previstas no art. 35 da Constituição Federal de 1988 são exemplificativas, elencar outras hipóteses de intervenção estadual.
- 114** Ao apreciar os requisitos para que municípios sejam criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a elaboração de lei complementar federal ao Congresso Nacional.
- 115** Sem que tenha ocorrido consulta prévia, por meio de plebiscito, às populações de municípios envolvidos, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é que não há legitimidade ativa para a execução fiscal de cobrança, por parte de um município, de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) quanto a imóveis localizados em área acrescida de outro município.

Considerando o entendimento jurisprudencial do STF a respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

- 116** É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência.
- 117** Uma vez que não há direitos fundamentais absolutos, revela-se constitucional eventual condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.

Com relação à ordem econômica e financeira, bem como aos critérios estabelecidos pela Constituição Federal para delimitação da competência legislativa dos entes federados, julgue os itens que se seguem.

- 118** Segundo o STF, eventual lei que proíba ou restrinja a atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo seria inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- 119** A competência para legislar sobre hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios incumbe à União, uma vez que há preponderância do interesse nacional.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 — e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da matéria, julgue os itens a seguir.

- 120** É viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- 121** As hipóteses legais de atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito e atentem contra princípios da administração pública retratam condutas específicas e configuram um rol exemplificativo.
- 122** O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- 123** A referida lei exaure os tipos de conduta que configuram atos de improbidade administrativa.

Com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

- 124** Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- 125** A exoneração e a remoção são hipóteses de vacância do cargo público, uma vez que há desocupação do cargo pelo servidor nos dois casos.

A respeito da intervenção do Estado na propriedade, julgue os itens seguintes.

- 126** A desapropriação pode incidir sobre qualquer espécie de bem suscetível de valoração patrimonial, como bens imóveis, móveis, públicos, privados, corpóreos ou incorpóreos.
- 127** Pelo fato de constituírem direito real de uso em favor do Estado sobre propriedade particular, as servidões administrativas devem ser inscritas no registro de imóveis para produzir eficácia *erga omnes*.

Considerando que X represente uma variável aleatória cuja função de distribuição de probabilidade acumulada é

$$P(X \leq x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x \leq 10, \\ \frac{x - 10}{20}, & \text{se } 10 < x \leq 30, \\ 1, & \text{se } x > 30, \end{cases}$$

julgue os próximos itens.

- 128** $P(X = 10) + P(X = 15) + P(X = 20) + P(X = 25) + P(X = 30) = 0$.
- 129** O valor esperado de X é igual a 15.

0,3	0,2	0,5	0,8	0,4	0,1	0,6	0,7
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

No que diz respeito ao conjunto de dados precedente, cujos elementos constituem uma amostra aleatória simples retirada de uma população com função de densidade de probabilidade na forma

$$f(x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x < b, \\ 2e^{-2(x-b)}, & \text{se } x \geq b, \end{cases}$$

na qual $b > 0$ é o parâmetro desconhecido, julgue os itens a seguir.

- 130** A média amostral é uma estatística suficiente para a estimação do parâmetro desconhecido b .
- 131** A estimativa de máxima verossimilhança para o parâmetro b é igual a 0,1.

Uma amostra aleatória simples foi retirada de uma população normal com média μ e desvio padrão σ , ambos parâmetros desconhecidos. Sabe-se que 38 ± 3 representa um intervalo de 95% de confiança para a média populacional, obtido com base na distribuição t de Student.

Considerando essa situação hipotética e o teste t de Student, cujas hipóteses nula e alternativa são, respectivamente, $H_0: \mu = 40$ e $H_1: \mu \neq 40$, julgue os itens subsequentes.

- 132** Se o nível de significância do teste for igual a 1%, então a potência desse teste será igual a 99%, independentemente do valor real da média populacional μ .
- 133** A hipótese H_0 não é rejeitada se o nível de significância for igual a 5%.
- 134** O p-valor do teste é inferior a 1%.

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza), julgue os itens a seguir.

- 135** Redução de tributo submete-se ao princípio da reserva legal.
- 136** É vedada a aplicação pretérita dessa lei em relação a ato pendente de julgamento.
- 137** A incapacidade civil da pessoa física enquanto sujeito passivo não prejudica a sua capacidade tributária.
- 138** O uso da equidade como método de integração da norma jurídica precede os demais institutos aplicáveis.

Julgue os itens subsecutivos, em relação ao processo administrativo tributário a que se refere a Lei Complementar n.º 305/2021.

- 139** No processo administrativo tributário, a impugnação que contrariar enunciados de súmulas editadas pelo Conselho Pleno será julgada liminarmente improcedente.
- 140** Para a contagem de prazos processuais no processo administrativo tributário, incluem-se o dia do início e o dia de vencimento, que serão prorrogados automaticamente para o primeiro dia útil posterior quando não houver expediente no órgão julgador competente.
- 141** São partes no processo administrativo tributário o município de Fortaleza, o sujeito passivo das obrigações tributárias e seus procuradores.
- 142** O processo administrativo tributário sujeita-se ao princípio da verdade real.

A respeito da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), da lei orçamentária anual (LOA), do plano plurianual (PPA) e dos créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

- 143** A LDO dos municípios deve conter, obrigatoriamente, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais, bem como anexo que apresente a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na LOA com o propósito de dar continuidade àqueles em andamento.
- 144** São instrumentos de controle da renúncia fiscal o demonstrativo de estimativa e compensação, constante da LDO, e o demonstrativo regionalizado do seu efeito sobre as receitas e despesas, que consta da LOA.
- 145** Se, todos os anos, determinado bairro de um município é alagado no período de chuvas, então o respectivo prefeito poderá valer-se de crédito extraordinário para enfrentar essa calamidade pública.
- 146** A dotação de obra pública cuja execução prevista seja de dois anos deverá ser consignada na LOA, ainda que a referida obra não esteja prevista no PPA.

Considerando os princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

- 147** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a regra de ouro não impede a contratação de operações de crédito para o custeio de despesas correntes, desde que o total da contratação não exceda o montante das despesas de capital.
- 148** O princípio do equilíbrio orçamentário é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 e impede que o gasto público ultrapasse a arrecadação tributária.

Com relação ao ciclo e ao processo do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 149** A prestação de contas de transferências voluntárias que o município de Fortaleza receber da União deverá ser feita ao Tribunal de Contas da União, e não ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
- 150** Se a Câmara Municipal de Fortaleza, empenhando-se em economizar, terminar determinado ano com saldo financeiro, então, no ano seguinte, a Prefeitura Municipal de Fortaleza não poderá deduzir tais valores do duodécimo do Poder Legislativo, sob pena de ofensa à independência dos Poderes.

Espaço livre